



Luigi Nese - Presidente da CNS

Brasília, 28 de março de 2007.

As relações trabalhistas estão modernizando: diz especialistas

Durante a manhã de hoje (28/03), diversos representantes das entidades do ramo de saúde, transportes, educação, contabilidade, administração, informática, cultura, economia, turismo, esporte, comunicação, comércio e publicidade, que participaram do seminário “Liberdade de Empreender com Segurança Jurídica”, ouviram dos especialistas que o mercado de trabalho está passando por mudanças e o Brasil precisa acompanhar os novos tempos. O evento aconteceu no auditório da Confederação Nacional da Indústria (CNI), e contou com a presença de cerca de 150 participantes.

Segundo os organizadores, o objetivo do seminário foi ampliar o debate em torno dos aspectos legais e econômicos da prestação de serviços profissionais por pessoas jurídicas e ratificar a importância da emenda 3, incluída no projeto que criou a Super Receita e que acabou vetada pelo Presidente Lula. O encontro foi promovido por 28 entidades de serviços, que reúnem federações, confederações e associações.

Luigi Nese, um dos interlocutores das entidades e presidente da Confederação Nacional de Serviços (CNS), disse que apóia a emenda 3, porque ela representa o equilíbrio entre o fisco e o contribuinte. De acordo com Nese, um fiscal da Receita não pode descaracterizar uma relação jurídica perfeita entre duas empresas, estabelecida por um contrato de prestação de serviço. “Essa descaracterização só pode ocorrer por meio de uma decisão da justiça do trabalho”, frisou.

Ao falar do Projeto de Lei apresentado pelo Governo no Congresso, em substituição a emenda 3, Nese salientou que o documento é ruim, pois aumenta o poder dos auditores fiscais. Nese acredita que o veto pode ser derrubado pelos senadores e deputados, mas se isso não ocorrer, as entidades pretendem buscar alternativas.

Segurança jurídica

Outro interlocutor das entidades, presente ao evento, José Carlos de Souza Abrahão, presidente da Confederação Nacional de Saúde (CNS), disse que a consolidação da segurança jurídica, só ocorrerá se o veto for derrubado pelo Congresso, caso contrário deve se buscar alternativas que regulamente a relação entre as pessoas jurídicas. “O seminário é uma oportunidade para que os juristas subsidiem com dados técnicos a construção de uma proposta que regulamente essa relação”, comentou.

O senador Artur Virgílio (PSDB/AM), também prestigiou o evento e disse que as possibilidades de derrubada do veto presidencial pelo parlamento são enormes. Segundo Virgílio, houve uma afronta ao Congresso. “Sou a favor de leis para impedir o abuso dos oligopólios e para impedir formação de monopólios, no mais acredito que deve haver ampla liberdade, por exemplo, na contratação de pessoas jurídicas”, disparou. Virgílio classificou o PL do Governo de “horroroso”.

O ex-secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, palestrante do segundo painel, disse que o PL do Governo só reafirmou que a emenda 3 não podia ser vetada. Maciel enfatizou ainda que o PL também não vai influir em nada na arrecadação e que “existem coisas mais sérias para o Governo tratar”.

O encontro foi dividido em dois painéis, sendo que o primeiro tratava sobre a prestação de serviços profissionais por pessoas jurídicas: Aspectos Legais, Econômicos e Sociais e no segundo bloco o tema abordou empresas de prestação de serviços e a relação fisco-contribuinte: Tendências Face à Super Receita.

Primeiro Painel

Na primeira parte os expositores foram José Pastore, Gustavo Tepedino, Luis Roberto Barroso e Luís Carlos Robortella. O moderador foi Alexandre Jobim.

José Pastore enfatizou o crescimento do número de empresas sem empregados no Brasil em decorrência dos novos tempos. Segundo ele, o mercado de trabalho está cada vez mais dinâmico e as empresas têm que se adequar às novas formas de trabalho. Pastore disse que a emenda 3 disciplina o mercado de trabalho, que hoje está muito diversificado.

Gustavo Tepedino centrou a sua apresentação na autonomia patrimonial das pessoas jurídicas. Ele enfatiza que não pode haver banalização dessa autonomia e que a iniciativa privada precisa ser valorizada.

Para Carlos Robortella, a quantidade de legislação trabalhista acaba favorecendo o aumento da informalidade. De acordo com ele, a presunção do fiscal em descaracterizar uma relação trabalhista já não existe em outros países há muito tempo. Robortella ressalta que com a modernização do mercado de trabalho, é normal que surjam relações trabalhistas autônomas, por isso o Direito do Trabalho precisa vislumbrar novos horizontes.

Na apresentação de Luis Roberto Barroso, ele comentou que a voracidade fiscal do Estado acaba levando o mercado para a informalidade e paralelamente oprime a formalidade. Segundo Barroso, o Estado deveria legitimar o contribuinte que opta pela linha menos onerosa de tributação e não prejudicá-lo pelo simples propósito de arrecadação.

Segundo Painel

Dentro do segundo painel falaram Arthur Bragança, Antônio Carlos Rodrigues do Amaral, Walter Vieira Ceneviva e Everardo Maciel.

Para Arthur Bragança, a emenda reitera o que já existe, mas em hipótese alguma ela poderia ter sido vetada, pois sem ela o Governo permite que o fiscal julgue relações trabalhistas, permitindo que os prestadores fiquem refém do “achismo”.

Antônio Carlos R. do Amaral criticou o novo PL do Governo e disse que o documento afronta as relações jurídicas do trabalho. Como representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seção São Paulo, ele defendeu respeito à Constituição e aos direitos humanos.

Walter Vieira Ceneviva falou que o PL do Governo fragiliza o empreendedorismo. Segundo ele, o veto à emenda permite que o fiscal se sobreponha ao magistrado da justiça do trabalho: “desta forma a separação dos poderes fica comprometida”. Ele defende que o Congresso derrube o veto do presidente.

**Luiz Henrique
Assessor de Imprensa
In Press Porter Novelli
(61) 9974-2130**